

## **Parecer sobre a “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”**

### **Introdução**

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável considera que o documento relativo à “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” apresentado por António Costa Silva constitui um elemento fundamental na definição do caminho futuro de Portugal, face ao impacto da pandemia nos sistemas económico, social e ambiental.

O contexto atual veio mostrar um novo mundo de possibilidades que pode ancorar e ser potenciado por avanços conseguidos nos últimos anos na área das energias renováveis, da mobilidade sustentável, da agroecologia, do repensar dos produtos no sentido de fomentar a sua durabilidade, reparabilidade e possibilidade de reutilização e reciclagem. Neste quadro, diversas ideias presentes no documento estão em linha com o que tem vindo a ser defendido pela ZERO. Porém outras ideias e propostas fazem adivinhar uma visão em sentido contrário.

A ZERO preparou esta análise no sentido de complementar as propostas constantes o documento que, acreditamos, podem contribuir para a concretização de uma visão mais ambiciosa em termos de futuro e de mudança.

O documento aborda um conjunto de áreas fundamentais, muitas delas em sintonia com os objetivos de desenvolvimento sustentável que preconizamos, nomeadamente no que respeita ao reconhecimento das diferentes crises que afetam o planeta, com destaque para a crise climática, o reconhecimento da necessidade de alterações estruturais e profundas na sociedade, e a prioridade dada a um conjunto de investimentos que deverão ter por base a descarbonização através das energias renováveis e da eficiência energética, na ferrovia, em cidades mais sustentáveis, ou num desenvolvimento mais equilibrado do interior valorizando os serviços dos ecossistemas.

Porém, a visão subjacente a todo o documento assenta no modelo económico tradicional, vigente desde o fim da segunda guerra mundial, de consumo generalizado e crescente, estando focado, na sua maioria, na garantia da oferta de recursos e respetivos serviços (energia, minerais e metais) e não da economia da procura, que forçosamente aponta e desenvolve a eficiência no uso e na alteração dos padrões de consumo. Adota-se o modelo de acesso generalizado e incentivado a bens de consumo, como base no modelo económico atual, e que está identificado como um dos factores-chave para a insustentabilidade do Planeta. Esta é talvez a ideia mais crítica do documento, que justifica muitas das soluções apresentadas (e.g. aumento

da extração de minérios, incluindo no fundo do oceano) e que falha numa visão nova e sustentável para Portugal, como preconizada em muitos *fora*.

Não se liga a crise do comércio de bens, que a pandemia veio provocar, com a crise ambiental e climática e com a necessidade de reterritorializar a economia, assumindo a necessidade de uma redução permanente dos fluxos de bens e o continuado crescimento da circulação de informação, ideias e conhecimento através das redes de comunicação globais. Isto tem consequências negativas no programa de ação, nomeadamente no sector logístico. À globalização dos fluxos de informação, conhecimento e sabedoria terá que corresponder uma redução do volume de circulação de pessoas e materiais e uma regionalização dos processos de produção de consumo com a desejável diminuição da importância dos portos e aeroportos (o ritmo de crescimento do transporte marítimo e aéreo não é compatível com o cumprimento do Acordo de Paris). Estamos de acordo quanto à absoluta necessidade de planeamento estratégico e à necessária coerência dos planos sectoriais de nível nacional, regional e local com esse esforço.

O documento apresenta um conjunto de ideias interessante mas que, na sua maioria, constituem melhorias incrementais do que já existe atualmente (não forçosamente aplicada em Portugal, mas em outros países). O documento falha ao não preconizar uma transformação sistémica, necessária e desejável do funcionamento da sociedade, (i) não pondo em causa a essência do modelo de crescimento económico baseado num consumo de recursos e numa pegada ecológica acima do suportável em detrimento da suficiência, (ii) ao manter um conjunto de condições que são mutuamente exclusivas ou contraditórias que sabemos pela prática não serem seguidas, nomeadamente apostando numa forte reindustrialização e na exploração de recursos minerais à superfície terrestre e nos fundos marinhos, mas afirmando o cumprimento rigoroso das restrições ambientais, (iii) admitindo uma diversificação da atividade turística e a necessidade de reduzir as emissões dos transportes, mas mantendo-a como um pilar essencial sem resolver todas as implicações negativas que a mesma tem em termos de pressão sobre as cidades e sobre o território em geral, (iv) insistindo numa gestão adequada dos recursos hídricos, mas admitindo novas barragens, ou (v) reconhecendo quão fundamental é uma economia circular, mas sem dar a prioridade necessária à redução, redução, reparabilidade, mais do que à reincorporação de materiais provenientes da reciclagem.

O documento apresenta uma visão sensível mas ingénua relativamente a várias matérias no que respeita à concretização de diversos investimentos. Por exemplo, o documento defende a pesquisa de minerais, o que é defensável como forma de mapeamento dos recursos, mas na prática tal é efetuado no âmbito de concessões privadas que ficam depois automaticamente habilitadas a avançar com a exploração e cujo investimento na prospeção só será feito se à partida a aceitação da sua viabilidade por parte do Estado for muito provável. Mais ainda, ao insistir na sistemática e suposta contabilização de interesses, não demarca claramente linhas vermelhas onde os requisitos de salvaguarda ambiental são indispensáveis cumprir - veja-se ainda recentemente a possibilidade de exploração de lítio e outros metais em áreas classificadas em termos de conservação da natureza. Acresce que parece acreditar que a extração de recursos virgens é compatível com a sustentabilidade do ecossistema onde tal acontece por recurso a tecnologias mais eficientes. No caso da indústria extrativa, em terra ou no mar, não é simplesmente possível compatibilizá-la com a salvaguarda dos ecossistemas onde ela ocorre, mesmo usando as tecnologias mais recentes. Tal deve ser reconhecido desde logo, e assumir os riscos e custos daí decorrentes.

Outro aspeto ausente do que consideramos uma visão de futuro é o papel dado aos indivíduos e às famílias enquanto agentes promotores de uma economia sustentável. O papel essencial, nomeadamente em matéria de financiamento, é conferido exclusivamente às empresas. Embora as empresas sejam o coração de uma economia, as famílias ganham progressivamente importância nos pequenos investimentos que, se não forem

devidamente incentivados, constituirão oportunidades perdidas. É o caso do modelo de produção descentralizado de eletricidade e do uso eficiente da energia (habitações e mobilidade privada), que é claramente preterido em favor do modelo maioritariamente centralizado e concentrado em poucos agentes do mercado. As habitações e os veículos privados representam cerca de 50% do consumo total de energia final no país, pelo que é crucial tornar as famílias agentes do sistema energético, exatamente como se faz com que as empresas de oferta de energia.

Neste contexto, o documento assenta numa visão estratégica já vigente que fica muito aquém das necessidades de políticas e medidas mais profundas e coerentes de salvaguarda da sustentabilidade do desenvolvimento.

Do ponto de vista da organização do documento, a ZERO considera que o mesmo tem uma estrutura em geral adequada, mas existem várias áreas e considerações que se tornam repetitivas ao longo de diferentes capítulos, com diferentes graus de profundidade e justificação.

Mais ainda, a ZERO declara, desde já, a sua preocupação com o facto de, independentemente de discordâncias de fundo que por agora existam e que identificamos, este poder ser mais um documento inconsequente, onde o olhar estratégico será facilmente ultrapassado pela implementação das ideias apresentadas, pelos interesses instalados e pelas políticas que o Governo já pretende seguir (como exemplo, o já aprovado Plano Nacional para o Hidrogénio), pondo em causa a concretização dos objetivos de sustentabilidade que dele fazem parte.

Este é um momento de escolhas difíceis, mas é também o momento que definirá o nosso futuro coletivo. Por isso, devemos enfrentá-lo com esperança e com coragem para promover a transição para a sustentabilidade, fundamental para a sobrevivência da espécie humana.

Se agirmos com sapiência e coragem, esta crise pode ser superada através da união de esforços na transformação dos modelos socioeconómicos, focando-nos no bem-estar das pessoas e no estabelecimento de uma relação de equilíbrio e respeito pelos limites do planeta.

## **Plano para a Recuperação Económica em Portugal / Finalidade, Visão, Missão e Objetivos / Eixos estratégicos: Programas de investimento**

Infelizmente, a visão explanada neste plano de recuperação começa logo por considerar como um objetivo a médio e longo prazo, a transformação da economia portuguesa para um nível ambientalmente mais sustentável, algo que, no entender da ZERO, aponta para a ausência de uma visão clara sobre a urgência dos desafios ambientais imediatos que se colocam à Humanidade, desde logo pela emergência climática, assim como das medidas para a reverter, sabendo à partida que qualquer ação já peca por tardia.

No nosso ponto de vista, existe um conjunto de oportunidades que podem e devem ser aproveitadas para permitir que possam resultar aspetos positivos da crise de saúde pública atual, nomeadamente:

- A aposta numa economia de base mais local e nacional pode ajudar em momentos de crise como o presente, onde o acesso aos recursos necessários pode ser facilitado (por exemplo, as empresas que conseguem produzir em Portugal o material necessário para a área da saúde; o abastecimento agrícola de base local ou regional; a economia circular, com a possibilidade de reparação, da reutilização como promotores de emprego local e regional).
- A reflexão sobre o que é realmente essencial no sentido de reduzir os níveis de consumo e aumentar a eficiência no uso dos recursos no futuro, preparando a economia e a sociedade para os desafios que esta transformação rumo à suficiência irá representar.
- Desenvolvimento da capacidade de adaptação e reação do tecido empresarial a novas realidades emergentes e reforço das sinergias universidades/empresas no sentido de serem encontradas soluções criativas para os problemas do país.
- Criação de emprego a nível local e regional aproveitando as oportunidades decorrentes da aposta em áreas como a promoção de uma economia circular assente na redução, reutilização e reciclagem de resíduos (uma auscultação feita pela ZERO aos agentes do setor indicou que se Portugal se mobilizar para cumprir diferentes metas comunitárias de reciclagem na área dos resíduos, serão criados, pelo menos, cinco mil novos empregos), da aposta na reabilitação das cidades e vilas no sentido de melhorar as condições de vida das famílias mais vulneráveis (aproveitamento de energias renováveis, eficiência energética, conforto térmico), numa agricultura diversificada de base local e regional assente em circuitos curtos de distribuição.
- Constatação da importância de prepararmos a sociedade e a economia para outras crises fundamentais como são a climática e a ambiental. Esta pandemia permite compreender as graves consequências que podem resultar da impreparação para enfrentar os riscos que se colocam à sociedade e à economia. Não agir sair-nos-á muito mais caro do que agir atempadamente assegurando uma transição justa. Aplicar estes ensinamentos à gestão de outras crises que temos em mãos, será muito benéfico para a sociedade.
- Alterações estruturais aos padrões de mobilidade, com a redução de deslocações e viagens (em particular para fora do país), dada a experiência que está a ser realizada de organizar eventos habitualmente presenciais, em formato virtual. Muitas empresas, entidades, trabalhadores estão a descobrir o potencial das reuniões virtuais e do teletrabalho, o que poderá vir a ter reflexos positivos no futuro, em termos de ganhos de produtividade (melhor gestão do tempo), de impacto ambiental (menos emissões associadas à mobilidade, otimização da gestão dos transportes públicos, menor utilização do transporte individual) e financeiros (menores custos de transporte) que daí podem advir.
- Constatação das desvantagens de uma sociedade globalizada no modelo atual, que fragiliza a capacidade de resposta dos países, dada a enorme dependência de países terceiros para abastecimento, mas que abre a porta a um melhor entendimento das vantagens de apostar, de forma decisiva, numa economia circular de base mais local e regional.

- Maior sentimento de comunidade e interajuda, com muitas pessoas a oferecerem-se como voluntários ou a contactar com vizinhos com quem antes nunca tinham comunicado ou sobre os quais pouco sabiam. Estabelecimento de redes de ajuda junto dos mais vulneráveis: idosos, pessoas infetadas ou em quarentena obrigatória. Estabelecimento de redes colaborativas visando a criação de novas atividades que fomentem a satisfação de necessidades locais e garantam a manutenção dos rendimentos no interior das comunidades.
- Apostar num setor da saúde menos assente em produtos descartáveis e reforçar a capacidade de esterilização junto das unidades de saúde. Em muitos casos (ainda que não em todos) uma aposta na utilização de materiais de proteção pessoal reutilizáveis permitiria um acesso mais imediato às condições necessárias a uma ação segura, em vez de aguardar pela chegada de material vindo de longe, num momento de enorme aumento da procura. O exemplo da colaboração entre as autoridades portuguesas na área da saúde, indústria nacional e o CITEVE, no caso das máscaras sociais/comunitárias, é uma pequena amostra do potencial de inovação e integração de conhecimento nacional no desenho de soluções sustentáveis que possam aumentar a resiliência do país a novas crises.
- A forte requalificação material e humana das unidades públicas dedicadas à conceção de planos e programas é fulcral para assegurar a sua efetividade. Todas as políticas públicas devem ter objetivos claros e o mais possível mensuráveis e auditáveis. É absolutamente vital assegurar a existência de instituições, cientificamente apetrechadas, que de forma regular promovem a avaliação de políticas públicas e o fazem de forma rigorosa, transparente e promovendo a participação pública. É crucial garantir que os resultados dessas avaliações têm consequências rápidas e eficazes no desenho das políticas públicas pelos órgãos de soberania. A criação de estruturas de apoio qualificadas junto do parlamento, dos tribunais e das entidades com responsabilidades de investigação é extremamente importante para garantir a qualidade, a eficácia e a eficiência das políticas públicas.

A ZERO analisou cada uma das propostas contidas nos diferentes eixos estratégicos, atribuindo uma cor de acordo com a lógica de um semáforo:

- **Verde:** uma concordância generalizada com a proposta efetuada, sugerindo-se pequenas correções e/ou acréscimos;
- **Laranja:** quando há insuficiências significativas na proposta ou elementos relevantes que em nosso entender devem ser corrigidos;
- **Vermelho:** quando independentemente da intenção e do interesse da proposta, estão associados elementos ou medidas promotoras de insustentabilidade e até contraproducentes em relação a alguns dos objetivos apresentados.

### **Uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis**

O eixo das infraestruturas está inserido logo no primeiro objetivo deste plano de recuperação, afirmando as infraestruturas como algo estratégico para Portugal. No entanto, na opinião da ZERO, as infraestruturas a que este documento dá prioridade são aquelas que aumentam a competitividade para a exportação e nem sempre as mais necessárias para a sustentabilidade ambiental e para a resiliência do país às diversas crises. É essencial rever o Programa Nacional de Investimentos 2030 e submetê-lo a uma Avaliação Ambiental Estratégica que compare de forma, o mais quantificado possível, diferentes alternativas.

<p>Rede de infraestruturas de transportes e mobilidade - Ferrovia</p>	<p><b>Verde</b></p>	<p>A melhoria da ferrovia nacional para o transporte de passageiros é fundamental para a coesão territorial e diminuição das viagens, quer em transporte aéreo, como em transporte rodoviário individual. A ZERO defende este investimento que deve ser mais ambicioso do que o proposto no documento, incluindo uma ligação de alta velocidade para Faro e dando desde já prioridade ao relançamento da ligação entre Lisboa e Madrid em menos de 3h.</p>
<p>Rede de infraestruturas de transportes e mobilidade - Marítimo-portuário</p>	<p><b>Vermelho</b></p>	<p>As diversas intervenções não são priorizadas e não têm qualquer referencial de sustentabilidade, nomeadamente no que respeita ao impacto do transporte marítimo em termos de emissões poluentes e da interferência das infraestruturas nos centros urbanos próximos e em áreas estuarinas e marinhas relevantes. É referida a construção em Sines de um terminal portuário de minérios para exportação dos recursos minerais estratégicos, em particular o lítio. Não se compreende esta opção tendo em consideração investimentos em outros portos mais a norte, que estarão mais próximo das alegadas áreas potenciais de exploração.</p>
<p>Rede de infraestruturas de transportes e mobilidade - Transportes públicos e mobilidade sustentável</p>	<p><b>Laranja</b></p>	<p>São considerações genéricas, com que é fácil concordar, mas distanciadas dos objetivos fundamentais, principalmente pós-pandemia. Não se mencionam direções claras relativamente aos investimentos em infraestruturas de mobilidade suave (mais áreas exclusivamente pedonais, ciclovias), descarbonização total dos meios de transporte (autocarros, barcos), infraestruturas de carregamento de veículos elétricos, transporte em táxi e TVDE exclusivamente elétrico, verdadeira intermodalidade com densificação do serviço de metropolitano nos centros de Lisboa e Porto e recurso à ferrovia na ligação à periferia. É crítico que se elaborem planos metropolitanos de mobilidade em vez de se projetarem intervenções que não obedecem a uma visão integrada dos sistemas de transporte público</p>
<p>Rede de infraestruturas de transportes e mobilidade - Ligação Aérea</p>	<p><b>Laranja</b></p>	<p>O documento é tudo menos explícito ao defender “construir o Aeroporto para a grande Área Metropolitana de Lisboa”. Sendo claro que a opção Lisboa+Montijo não responde aos objetivos desta ação, espera-se que o documento assuma, como a ZERO tem defendido, uma avaliação ambiental estratégica para definir o futuro da(s) infraestrutura(s) aeroportuárias da região de Lisboa, considerando a possibilidade da retirada do Aeroporto Humberto Delgado no médio prazo.</p>
<p>Rede de infraestruturas de ambiente e energia – Ciclo Urbano da água</p>	<p><b>Verde</b></p>	<p>Os princípios defendidos estão completamente em linha com o defendido pela ZERO, sendo que o aspeto mais crítico da reutilização da água é um objetivo com sérias dificuldades de implementação, dadas as excessivas exigências em causa, em termos de procedimentos e</p>

		<p>qualidade. Considera-se fundamental tornar obrigatória nas novas construções, a implementação do aproveitamento das águas cinzentas e da água da chuva, para rega dos jardins e espaços verdes.</p>
<p>Rede de infraestruturas de ambiente e energia – Gestão de recursos hídricos</p>	<p><b>Vermelho</b></p>	<p>Se a ZERO concorda com os princípios gerais relativos à gestão dos recursos hídricos, consideramos inconveniente qualquer assunção de necessidade de uma barragem no Ocreza com uma justificação de regularização de caudais, não se fazendo menção ao que é absolutamente crucial para todos os rios internacionais que é a renegociação da Convenção de Albufeira para integração de novas regras de gestão da quantidade da água e introdução de aspetos relativos à qualidade.</p>
<p>Rede de infraestruturas de ambiente e energia – Gestão de resíduos</p>	<p><b>Laranja</b></p>	<p>O documento deveria ser muito mais explícito sobre a importância de aplicar a hierarquia de gestão de resíduos, com um forte enfoque na prevenção, reutilização e reparação como áreas de atividade com grande potencial de criação de emprego, muito dele qualificado e redução de impacto ambiental de muitas atividades de produção e consumo.</p> <p>Deveria também ser muito mais incisivo quanto à importância de apostar no desenvolvimento de sistemas de recolha porta-a-porta e de pagamento pela produção de resíduos indiferenciados. Considera-se que realmente a prioridade deve passar por promover, acima de tudo, a prevenção da produção de resíduos (criando políticas públicas que estimulem a prevenção, que promovam o <i>ecodesign</i>, a reutilização e a reparação), incentivar a compostagem urbana, agroflorestal e industrial; promover a utilização de materiais recicláveis, da compra a granel (com recurso a menos embalagem e ao fomento do uso de embalagens reutilizáveis) e de materiais com embalagens recicláveis cujos materiais sejam facilmente integráveis na economia portuguesa.</p>
<p>Rede de infraestruturas de ambiente e energia – Redes de energia</p>	<p><b>Vermelho</b></p>	<p>A aposta no autoconsumo e produção descentralizada (defendida mais à frente) diminui a necessidade de reforço das redes de média e baixa tensão. Estas duas políticas estão relacionadas e devem ser pensadas em conjunto. É necessário refletir sobre a integração de microrredes como soluções para as zonas do país menos densamente povoadas. A ZERO tem sérias dúvidas sobre a viabilidade económica da construção de um gasoduto para exportação de gases renováveis, não apenas porque a eletricidade pode assegurar de forma mais eficiente as necessidades de energia final entre países. É necessário garantir primeiro que tudo o consumo interno e a viabilização de tal investimento implica uma produção tão grande que a sua exportação não nos parece credível. A ZERO manifesta-se contra a interligação com Marrocos relativamente à qual se identificam mais riscos que vantagens, tal como está a</p>

		acontecer atualmente entre Espanha e Marrocos (já com duas interligações e uma terceira prevista, acima de tudo, por motivações políticas) renovável, quando o investimento na rede necessário será de todos os cidadãos. Já o reforço de interligações elétricas entre a Península Ibérica e o resto da Europa tem todo o sentido. Não há qualquer referência à “promoção” de uma economia da suficiência energética, bem como a eficiência energética não surge como elemento da equação.
--	--	---

## **A Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia**

A necessidade de reformulação do paradigma da nossa sociedade implica a necessidade de recursos humanos com as qualificações e competências necessárias para esta transformação ambiental. A ZERO defende que deverá existir, dentro da qualificação, um foco na sustentabilidade, economia circular e na transição digital que capacite as novas gerações para uma sociedade mais justa. Formar desde já com estes objetivos em mente e conjugar esta ação com iniciativas concretas que possam acolher os formandos e as suas formações inovadoras, no mercado de trabalho.

A ZERO é ainda da opinião que se deve olhar com muita cautela para o privilégio de determinadas áreas científicas em relação a outras. Respostas eficazes aos desafios que se nos colocam vão muito para além de uma maior aposta na digitalização e na tecnologia. Assim, a diferenciação positiva que é feita no documento em relação à área da engenharia, em detrimento de outras áreas do saber é, do nosso ponto de vista, contraproducente. A tecnologia certamente representará um excelente contributo para atingirmos a sustentabilidade, mas não é nenhuma panaceia, até porque ela tem sido também uma das maiores fontes de insustentabilidade.

Estamos perante um desafio civilizacional, onde a forma como produzimos e consumimos terá que ser fundamentalmente alterada. Para tal, todas as áreas do saber deverão ser chamadas a intervir, podendo e devendo dar o seu contributo. Precisamos das ciências da vida e da natureza, das ciências sociais, da história, da cultura. Apostar de forma mais marcada numa delas é um erro que todos pagaremos caro no futuro.

Programa de qualificação de adultos	<b>Verde</b>	Neste programa será fundamental incorporar de forma transversal a componente programática da cidadania para o ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como a capacitação para uma análise crítica, dotando as pessoas de ferramentas que lhes permitam fazer a sua própria análise da informação.
Programa de apoio social a estudantes em todos os graus de ensino	<b>Verde</b>	Esta é uma medida fundamental para garantir a travagem da atual reprodução social das desigualdades e da pobreza, onde muitos descendentes de famílias com menores recursos não conseguem ter o apoio necessário para conseguirem diferenciar-se em termos de qualificação da geração dos seus pais. Trata-se de garantir uma sociedade mais justa e equitativa que ativamente procura equilibrar situações de desigualdade social e económica. Esta é uma ferramenta

		fundamental para promover maior coesão social e deverá ter os recursos necessários para que seja bem-sucedida, como já aconteceu noutros momentos da história portuguesa.
Programa de requalificação e modernização das redes de escolas e de centros de formação profissional	<b>Verde</b>	Dotar cada escola e centro de formação das infraestruturas de redes necessárias para permitir o alargamento do uso de diferentes ferramentas de ensino é uma medida fundamental para garantir uma melhor capacitação da população estudantil no uso destas ferramentas, bem como a desburocratização dos processos que hoje tomam muito tempo e consomem muitos recursos. Garantir a disponibilização de espaços para trabalhar conceitos de economia circular e de sustentabilidade, que permitam aos professores desenvolver mais aulas práticas (hortas pedagógicas, compostagem, uso de energias renováveis, medidas de eficiência energética e do uso da água, projetos de redução, reutilização e reparação de diferentes recursos) Estimular a ligação à comunidade escolar como um todo (envolver mais as famílias e os seus saberes), a par com o envolvimento das empresas e das autarquias, já proposto no documento.
Programa de rejuvenescimento do corpo docente e de formação de professores	<b>Laranja</b>	Tão importante como o rejuvenescimento do corpo docente é a garantia de que os novos professores têm formação de qualidade e capacidade para ensinar tendo em conta os novos desafios de uma sociedade sustentável. Da mesma forma, o parque escolar deve permitir aos docentes e aos discentes o contacto com práticas de sustentabilidade, uma área onde ainda existem falhas profundas.
A Transição Digital – Extensão da fibra ótica a todo o país	<b>Laranja</b>	A ZERO considera que a gestão da fibra ótica, bem como a gestão da rede elétrica nacional são ativos estratégicos de tal forma relevantes que não deveriam ser propriedade de privados. Trata-se de um investimento muito relevante que pode resultar em vantagens ambientais indiretas no futuro, quer ao nível do alargamento do acesso a informação relevante (através do domínio de novas ferramentas), mas também como forma de reduzir deslocações, agilizar processos burocráticos, fomentar novas formas de trabalho em conjunto e em equipa.
A Transição Digital - Um plano de investimento para a literacia digital no sistema educativo	<b>Verde</b>	Surge como uma proposta muito relevante no sentido de garantir uma melhor capacitação dos professores e formadores, podendo ser uma ferramenta que compense as desigualdades atuais em diferentes regiões do país. Pode também ter um impacto positivo na população estudantil, estimulando um maior contacto com as ferramentas digitais por parte dos diferentes grupos sociais.

A Transição Digital - Um plano de investimento na Administração Pública	<b>Verde</b>	Trata-se de um investimento absolutamente compreensível, que pode assegurar vantagens ambientais diretas num futuro próximo.
A Transição Digital - Um plano de investimento no tecido empresarial	<b>Verde</b>	Mais do que uma aceleração para a indústria 4.0, é necessário um plano de investimentos que coloque as nossas empresas e os seus recursos humanos na vanguarda da economia circular e fomente cadeias de fornecimento mais curtas.
Uma aposta na ciência e tecnologia - Um plano de investimento nas Universidades, Politécnicos, Centros de Investigação e Centros Tecnológicos	<b>Verde</b>	Os objetivos traçados são genéricos e, de uma forma geral, merecem a nossa concordância. Seria relevante fazer-se uma ligação aos planos de investimento, em particular às áreas da descarbonização e da sustentabilidade.
Uma aposta na ciência e tecnologia - Programa de capacitação dos centros tecnológicos e de investigação aplicada	<b>Laranja</b>	Privilegiar a entrega de projetos aos centros nacionais; incentivar parcerias com centros internacionais em projetos geridos por centros nacionais. Esta medida é muito focada na componente tecnológica e deixa de fora domínios como as Ciências da Vida, Ambiente e as Ciências Sociais, o que não deverá acontecer, visto que nunca atingiremos a sustentabilidade se não colocarmos, cada vez mais, as diferentes áreas científicas em diálogo e as conjugarmos com a cultura.
Uma aposta na ciência e tecnologia - Programa Portugal como Centro Europeu de Engenharia	<b>Laranja</b>	É importante promover e incentivar o estudo da matemática, física e da química nos níveis básicos de educação, promover a vantagem do estudo destas disciplinas junto das famílias e dos encarregados de educação, para tornar a Engenharia um curso apetecível; implementar em canal público programas de introdução à matemática, à física, à química e à ciência em geral, dirigidos a todas as etapas do ensino até ao 12º ano, para favorecer a escolha de cursos de teor científico. Contudo, a evolução científica de um país depende cada vez mais da interligação entre áreas do saber. Um enfoque em determinadas disciplinas mais viradas para uma dada área terá, inevitavelmente, um mau resultado no futuro. Deve ser promovido o equilíbrio entre o investimento na área da engenharia e o investimento noutras áreas científicas, nomeadamente as ciências sociais, que serão cada vez mais importantes num contexto de transição estrutural significativa como a que será necessária promover para adequar o nosso modelo de produção e consumo aos limites impostos pelo planeta.

## O Setor da Saúde e o Futuro

O setor da Saúde em Portugal tem enfrentado problemas sérios de desinvestimento e irá ter vários desafios futuros relacionados com o envelhecimento da população. A ZERO concorda que este seja um pilar em que

deve existir um foco concreto para uma verdadeira recuperação da sociedade, contribuindo para uma sociedade mais saudável, mas também mais sustentável.

<p>O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Um plano de investimento para reforçar o Serviço Nacional de Saúde</p>	<p>Laranja</p>	<p>As medidas pensadas são tendencialmente genéricas, com as quais é fácil concordar, mas sem ações concretas, que não podem passar pela construção de hospitais, que são, acima de tudo, linhas de saúde terciárias.</p> <p>É fundamental investir nos cuidados de saúde primários, mais perto das populações, reduzindo assim as deslocações desnecessárias. É também fundamental fomentar uma alteração na abordagem em saúde, passando do atual modelo curativo, para um modelo preventivo, onde, de facto, os cuidados de saúde primários são fundamentais.</p>
<p>O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Programa Nacional de Investimento na Prevenção da Doença</p>	<p>Verde</p>	<p>É fundamental investir nos cuidados de saúde primários, atribuindo médico de família para todos, investir na saúde preventiva, disponibilizando em canal público de televisão, programas semanais dirigidos a toda a família sobre educação física, alimentação saudável, higiene pessoal e mental. Esse reforço permitiria reorientar o esforço do SNS. Contudo, é importante ter presente que, a par com este investimento numa abordagem preventiva no SNS, é muito importante uma visão mais global, em termos de políticas públicas, que possam permitir às famílias aceder e ter mais tempo para se focarem no seu bem-estar e na sua saúde, prevenindo a doença. As políticas públicas que podem apoiar uma abordagem de prevenção da doença serão fundamentais em muitas áreas. Por exemplo, devem fomentar modos de produção agrícola com menor impacto ambiental e na saúde (no sentido de aumentar de forma significativa o acesso a produtos em modo de produção biológico ou que sigam os princípios da agroecologia). Os sinais económicos devem também ajudar a tornar mais claro os consumos menos saudáveis e menos sustentáveis, onerando-os, revertendo esse valor para o apoio ao consumo dos mais saudáveis e sustentáveis.</p>
<p>O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Um plano de investimento para a investigação na área das Ciências de Saúde</p>	<p>Verde</p>	<p>Este poderá ser um setor que poderá beneficiar das ideias que começaram a ser desenvolvidas com a crise e, desde que seja multidisciplinar, então será de apoiar.</p>
<p>O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Programa de investimento para as biotecnologias da saúde</p>	<p>Laranja</p>	<p>Este programa levanta algumas dúvidas relativamente ao plano anterior sobre a área das Ciências da Saúde, e fica a dúvida sobre qual a necessidade de um plano separado e quais os benefícios que o mesmo poderá trazer.</p>
<p>O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Programa de investimento para transformar</p>	<p>Laranja</p>	<p>Esta proposta parece assentar na ideia produtivista e menos no sentido de tornar os sistemas de saúde nacionais resilientes a eventuais crises. Do ponto de vista da ZERO, devemos apostar em produzir de forma diferente na área da</p>

Portugal numa “fábrica da Europa”		saúde (promovendo soluções que passem por maior reutilização e menos utilização do descartável), o que obrigará a investigação e inovação na área da saúde. Assim, o foco não deve ser em sermos uma fábrica para a Europa, mas antes em tornarmos o SNS um exemplo de sustentabilidade. A exportação do modelo e dos produtos associados poderá também acontecer, mas, do nosso ponto de vista, não pode nem deve ser o enfoque principal.
O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Programa de consolidação da fileira de segurança e meios de proteção individual	Laranja	Incentivar as parcerias entre os centros tecnológicos de investigação e a indústria têxtil e outras, assegurando o desenvolvimento de propostas de produção de materiais, nomeadamente EPIs, inovadores e reutilizáveis.
O Reforço do investimento no Setor da Saúde - Plano de investimento para a infraestrutura nacional de terapia oncológica com protões	-----	Sem opinião.

### Estado Social

O Estado Social é um elemento estrutural para a promoção de uma sociedade sustentável, ao promover maior coesão social e um acesso mais equilibrado a recursos e oportunidades.

É uma área onde existem múltiplas pontes com a sustentabilidade, seja na área da requalificação do edificado, seja na promoção do emprego, tirando o maior partido possível das oportunidades que a sustentabilidade abre para formação e criação de emprego em diferentes regiões e mobilizando diferentes graus de conhecimento.

Programa de recuperação do edificado devoluto para habitação social e para arrendamento a preços acessíveis	Laranja	Apostar na recuperação com princípios de construção sustentável, do isolamento térmico e sonoro, bem como outras medidas que possam diminuir os custos de água, gás e eletricidade das famílias.
Programa de construção de habitação social	Laranja	O investimento em habitação social deve ser reforçado e ampliado através da recuperação de edifícios degradados e abandonados, de preferência dentro da malha urbana das cidades e vilas. É necessário ainda apoiar a criação de novas cooperativas de habitação para que os privados também possam participar no investimento em habitação a preços justos e acessíveis. De novo, a aposta numa construção de qualidade, que integre princípios de eficiência e de redução de uso de recursos (água, energia, etc.), garantindo conforto térmico e qualidade de vida aos seus utilizadores.

Programa de ampliação e requalificação da rede de cuidados a idosos	Verde	Promoção de programas que estimulem a vida comunitária, para incentivar a entreaajuda e a manutenção da saúde física e mental através do convívio, permitindo atrasar a entrada nos lares. Dinamizar as vivências com a Natureza, tirando proveito psicomotor para utentes, dessa abordagem.
Programas de apoio à manutenção de postos de trabalho e de criação de emprego social	Verde	Incentivar a formação em tecnologias verdes com grande procura, para desempregados ou pessoas com baixos rendimentos, que lhes permitam aspirar a melhores rendimentos e maior estabilidade.
Programa de apoio ao emprego no pós-pandemia	Laranja	Áreas como a promoção de uma economia circular podem levar à criação de muitos postos de trabalho de diferentes graus de tecnicidade e especialização, preparando ao mesmo tempo os recursos humanos para os desafios que o país já está a enfrentar. Uma breve auscultação da ZERO a alguns agentes do setor indicou que, só na área da reciclagem, se houver o empenho de Portugal no cumprimento das metas previstas a nível europeu, criar-se-ão mais de 5 mil postos de trabalho. Se juntarmos outras áreas ainda não incluídas em metas comunitárias e o trabalho em áreas a montantes da reciclagem (redução, reutilização, reparação), poderão ser criados muitos mais postos de trabalho, muitos deles descentralizados e com oportunidades para diferentes formações. O mesmo é aplicável a muitas outras áreas ambientais, como o aproveitamento de energias renováveis de forma descentralizada, o desenvolvimento de um programa de requalificação do edificado junto das populações que vivem em pobreza energética, entre muitas outras.

### A Reindustrialização do País – Uma Indústria Competitiva e de Futuro

Se uma indústria competitiva e inovadora quer ser sustentável tem de cortar grande parte das suas raízes a uma lógica extrativista com fortes impactos ambientais, apesar da ideia existente de que é sempre possível uma compatibilização. Com a natureza, quer na superfície terrestre, quer nos oceanos, cada vez mais frágil devido à intervenção humana, é fundamental assumir que há atividades incompatíveis e fazer uma aposta em caminhos de sustentabilidade que passam pela economia circular, pela preservação dos recursos e por ações que continuam caminhos de sucesso como a aposta nas renováveis, que não podem causar impactos irreversíveis no território.

O cluster de engenharia de produtos e sistemas complexos com base nas tecnologias digitais	Laranja	A criação deste cluster com a ideia de aplicar Tecnologias Digitais, Inteligência Artificial e Big Data, a tudo o que possa ser produzido no país, acaba por ser a indústria 5.0, que como o próprio plano indica, é um investimento no <i>marketing</i> global das soluções encontradas. Infelizmente o plano inclui algumas áreas que são duvidosas em termos de sustentabilidade (uso de biomassa na produção de eletricidade, plásticos, tratamento e reciclagem de resíduos quando a ênfase deveria ser o design). Não se salvaguarda o facto das necessidades
--	---------	---

		materiais e energéticas para alimentar todo este processamento terem de ser ponderadas.
O cluster das Indústrias e da Economia de Defesa	Laranja	O cluster das Indústrias da Defesa deveria contemplar essencialmente a proteção da nossa zona económica exclusiva, nomeadamente dotando a nossa Marinha e a nossa Força Aérea de frotas tecnologicamente avançadas que permitam uma fiscalização eficaz e permanente de uma área tão vasta e valiosa, assim como incorporar os meios de combate a situações graves de poluição que possam vir a surgir.
O cluster das renováveis - O reforço da cadeia de valor das renováveis	Laranja	Para a ZERO, com a aposta no autoconsumo e produção descentralizada, então será de defender as estratégias que possam reduzir a cadeia de abastecimento para a produção de energia. É necessário salvaguardar que a hidridização referida respeita a sensibilidade das áreas em termos naturais e paisagísticos onde a produção eólica está atualmente disponível.
O cluster do hidrogénio verde - A promoção de uma nova fileira industrial para o hidrogénio verde	Laranja	No âmbito da consulta pública relativa à estratégia nacional para o hidrogénio, a ZERO já se pronunciou sobre as virtudes, incertezas e opções erradas associadas à expansão deste vetor energético. Embora o hidrogénio possa ser uma tecnologia para o futuro, neste plano refere-se apenas a sua incorporação na rede de combustíveis já existentes, seja na indústria petroquímica ou na rede de gás natural, em vez de ser uma verdadeira solução para o armazenamento de energias renováveis.
O cluster da bioeconomia sustentável	Laranja	É absolutamente crucial garantir um enorme rigor à análise da circularidade da bioeconomia e da avaliação dos recursos materiais e energéticos associados. Por exemplo, no que respeita da fileira especializada da resina, é fundamental que a mesma ganhe prioridade em relação à indústria de pellets e de uso de biomassa para produção de eletricidade que promovem o corte das áreas de pinhal para valorização energética, impossibilitando a sua manutenção por longos períodos que permitam a exploração da resina como uma mais valia.

<p>O cluster da bioeconomia sustentável - Valorização da biomassa florestal residual</p>	<p><b>Vermelho</b></p>	<p>A falta de uma verdadeira avaliação nacional quanto ao potencial de resíduos florestais passíveis de valorização energética, uma localização das centrais nem sempre feliz, a concorrência com outros setores da indústria, a falta de regulamentação que defina o que é biomassa residual florestal, aliada à pouca atratividade e aos problemas técnicos resultantes da utilização de materiais residuais mais finos, levam a que a apregoada utilização de biomassa florestal residual, tenha sido na realidade substituída pela queima de troncos. A promoção de mais centrais de biomassa e refinarias para gaseificação e pirólise, é um passo rumo ao incremento da utilização insustentável da floresta portuguesa. Deve ser evidenciada a forma como se pretende dinamizar as atividades do eucalipto, atendendo à sua continuada e excessiva implantação no País.</p>
<p>O cluster do lítio, do nióbio, do tântalo e das terras raras - Um Plano de Investimento para valorizar os recursos minerais estratégicos continentais</p>	<p><b>Vermelho</b></p>	<p>A ZERO considera que Portugal tem uma oportunidade nesta matéria, mas deve respeitar integralmente as necessidades de salvaguarda ambientais e de conservação da natureza, nomeadamente não permitindo a exploração em áreas classificadas, ao contrário do proposto para discussão pública pelo governo. Um plano de investimento nesta matéria deveria ser alvo de uma Avaliação Ambiental Estratégica de forma a avaliar corretamente a possibilidade de uma exploração sustentável, tendo em consideração as componentes ambientais, sociais e económicas, nas diferentes áreas do território. A recuperação direta dos vários materiais /resíduos utilizados pela sociedade deve ser sempre considerada em primeiro lugar.</p>
<p>O cluster do mar - Um Plano de Investimento para valorizar e dar sustentabilidade à fileira alimentar do mar, em particular às pescas e às empresas do setor</p>	<p><b>Verde</b></p>	<p>O desenvolvimento de uma atividade piscatória sustentável numa cadeia de valor tradicional no nosso país é um elemento que merece o nosso acordo.</p>
<p>O cluster do mar - Um Plano de Investimento direcionado para economia azul</p>	<p><b>Laranja</b></p>	<p>A economia azul tem virtudes e problemas e riscos que têm de ser devidamente acutelados e portanto tudo dependerá do tipo de atividades que venham ser consideradas.</p>

O cluster do mar - Ponderar um Plano de Investimento para promover o aproveitamento das crostas de níquel, cobalto e manganês, a médio prazo	<b>Vermelho</b>	Toda a exploração mineira, sobretudo em ambiente marinho e em profundidade, implica problemas ambientais graves, em particular, perda de biodiversidade e deve ser apenas o último recurso após o recurso à exploração em terra sobretudo depois dos esforços associados no âmbito da economia circular.
O cluster do mar - Ponderar um Plano de Investimento nos sulfuretos polimetálicos, a médio prazo	<b>Vermelho</b>	Toda a exploração mineira, em particular em ambiente marinho e em profundidade, tem implicações ambientais graves, em particular perda de biodiversidade e deve ser apenas um último recurso após o recurso à exploração em terra sobretudo depois dos esforços associados no âmbito da economia circular.
O cluster do mar - Plano de Investimento para Portugal aprofundar o conhecimento sobre o mar e criar, com base nas estruturas existentes, uma grande Universidade do Atlântico, nos Açores e na Madeira	<b>Laranja</b>	O conhecimento do mar é fundamental e o trabalho das Universidades dos Açores e da Madeira deve ser estendido nesta matéria, devendo porém fazer-se apenas o desenvolvimento da ligação entre a Universidade e os planos previstos, em áreas que não impliquem riscos de preservação ambiental do oceano, como alguns dos investimentos propostos acabam por ter de forma significativa.
O cluster do mar - Plano de apoio ao projeto ACT - Atlantic Lab for Future Technologies	<b>Verde</b>	A proposta faz sentido e seria uma forma de concertar e rentabilizar as diferentes aplicações tecnológicas desenvolvidas e experimentadas em Portugal.
O cluster do mar - Programa para situar Portugal como o mais importante ator no combate às práticas ilegais no Atlântico Norte	<b>Verde</b>	Dotar a marinha e a força aérea portuguesas de meios logísticos e legais para se tornarem o garante da segurança dos mares nacionais, não só impedindo a pesca ilegal, como a lavagem dos tanques dos petroleiros e outras ameaças à preservação da nossa biodiversidade marítima.
O cluster do mar - Plano para criar, em Lisboa, a Praça Financeira do Mar	<b>Laranja</b>	A mais-valia, a viabilidade e a própria relevância desta iniciativa é discutível.

A reconversão industrial tem de ser absolutamente coerente com os seus objetivos de descarbonização e economia circular, assegurando uma produção em linha com estímulos para uma sociedade que se quer neutra em carbono, com uso suficiente e eficiente de recursos e portanto sem uma aposta numa produção e consumo que continue a depleção dos recursos. A visão apresentada é, em nosso entender, limitada em termos de uma mudança de paradigma mais profunda.

Plano de Investimento para reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento	Verde	Este plano de investimento é extremamente relevante para uma verdadeira economia circular e um menor movimento de bens. A ZERO concorda que o investimento do Estado deva ser direcionado para as empresas que criem simbioses em termos de reaproveitamento de materiais, permitindo uma menor cadeia de abastecimento.
Plano de Investimento para as indústrias metalomecânicas, de produção de bens de equipamento e desenvolvimento de processos	Verde	A ZERO concorda com este plano de investimento, desde que ele fomente realmente a economia circular e não seja apenas uma maneira de abrir o país para receber os produtos de reciclagem da Europa ou do mundo.
Plano de Investimento em empresas na Área da Economia Circular	Laranja	A ZERO concorda com este plano de investimento, desde que ele fomente realmente a economia circular e não seja apenas uma maneira de abrir o país para receber os produtos de reciclagem da Europa ou do mundo. No entanto, este plano apresenta acima de tudo um investimento para receber os resíduos da Europa, e não para exportar a tecnologia e o processo de reciclagem para a Europa.
Programa para a descarbonização da indústria nacional	Laranja	Este programa, na opinião da ZERO, revela a necessidade premente da descarbonização, mas identifica programas específicos em áreas da indústria onde a descarbonização já está a ocorrer, não se percebendo qual seria o programa concreto. A ZERO espera que este programa não seja apenas uma maneira de aumentar o coprocessamento de resíduos, como vem referido no documento.
Programa de reconversão e de apoio à transição da indústria automóvel e da mobilidade	Laranja	É importante que a indústria portuguesa faça uma transição para a produção de veículos 100% elétricos e a hidrogénio (particularmente no caso dos veículos pesados). A ZERO concorda com um incentivo ao abate de veículos antigos e poluentes na compra de veículos novos 100% elétricos. Efetivamente, embora seja necessária esta reconversão da indústria automóvel para evitar um agravar do desemprego, ela deverá sempre focar-se nos veículos 100% elétricos, uma vez que a solução híbrida continua dependente de resíduos fósseis. Este programa deve ser implementado a par de uma verdadeira generalização da rede de postos de carregamento.
Programa de apoio à internacionalização das empresas	Laranja	Se a campanha defendida no documento é compreensível, no contexto pós-pandemia, a disseminação da informação e a internacionalização não passam tanto por um modelo de deslocações ao país (e portanto não se percebe a menção ao impacto no turismo), mas por outras estratégias de marketing

		inovadoras e virtuais que devem ser contempladas (onde se concorda com o recurso aos meios digitais).
Programa de valorização dos produtos exportados e promoção da marca Portugal	Laranja	A Marca Portugal deve começar por ser promovida dentro de portas, para valorizar o país para o cliente interno. Valorizando a Marca Portugal para o cliente interno, o cliente interno vende melhor o produto para o exterior.
Programa de atração de investimento externo	Verde	Trata-se de um programa que pressupomos enquadrar-se no tipo de atividade padrão já em curso pelos organismos de atração do investimento externo em Portugal.

### A Transição Energética e a Eletrificação da Economia

A transição energética para as energias renováveis é praticamente uma revolução energética. O tecido económico, as cidades, a mobilidade foram construídos nos últimos 100 anos com base na utilização de combustíveis fósseis. Agora é preciso reinventar tudo. As medidas elencadas no documento assentam em medidas já existentes, mas não têm o arrojo de propor medidas inovadoras que tornem esta transição mais justa para os cidadãos e para o tecido económico.

Dinamizar as redes energéticas inteligentes - Programa de promoção das redes inteligentes	Verde	As redes inteligentes são essenciais para uma maior eficiência na gestão e operação das redes elétricas, podendo contribuir quer para uma diminuição de custo para todos os envolvidos (operadores, comercializadores e clientes finais), quer para uma maior integração de produção renovável descentralizada.
Aposta nas energias renováveis - Promoção de leilões de capacidade renovável e o armazenamento de energia	Laranja	O formato dos leilões de energia solar está a promover grandes parques fotovoltaicos e a pressão nos solos está a crescer. Na perspetiva da ZERO é fundamental que os parques fotovoltaicos não ocupem terrenos sensíveis em áreas protegidas, em Reserva Ecológica Nacional e em Reserva Agrícola Nacional.
Apoio ao autoconsumo e às comunidades de energia renovável - Programa de apoio à produção renovável descentralizada	Laranja	A nova legislação sobre o autoconsumo coletivo é um passo positivo para o aumento de potência instalada de fotovoltaico descentralizado, mas é necessário simplificar e assegurar a sua implementação. Pelo menos numa primeira fase, será também necessária a isenção de pagamento das redes para tornar estes projetos mais atrativos junto dos cidadãos.
Acelerar a eletrificação da economia - Garantindo preços de eletricidade competitivos	Laranja	A taxaço energética em Portugal já é bastante consciente do carbono, mas ainda existem alguns subsídios diretos e indiretos aos combustíveis fósseis que é necessário eliminar. Na verdade o que afeta a competitividade da economia é o preço final de venda da eletricidade. O mecanismo de formação de preço da energia elétrica é hoje um mercado marginalista altamente distorcido em que diferentes tecnologias e centros produtores “competem” sem o verdadeiramente o fazer. Esse modelo marginalista deveria ser questionado sobretudo num contexto de emergência de

		novos modelos como são as comunidades de energia renovável ou os novos “prosumidores”, os quais não encaixam no modelo dualista e marginalista que vigora atualmente.
--	--	---

### Coesão do Território, Agricultura e Floresta

As medidas previstas neste ponto merecem genericamente a nossa concordância, pese embora se identifiquem algumas insuficiências. Notam-se a ausência de respostas à fraca disponibilidade de serviços básicos em territórios do interior, um enfoque excessivo nos apoios públicos ao emparcelamento, as limitações no alcance territorial do objetivo de restaurar ecossistemas, a falta de referência aos recursos hídricos subterrâneos ou a omissão à eventual necessidade de recurso à realocação de aglomerados populacionais ameaçados pela erosão costeira.

Plano de investimento direcionado para o interior, a Economia Local e o Espaço do Hinterland Ibérico	<b>Vermelho</b>	A proposta tem aspetos positivos, mas nada é referido quanto a assegurar a qualidade e o acesso generalizado a serviços básicos de comunicação (internet, serviços postais, serviços de voz, etc.), colocando os critérios de interesse público e de coesão territorial acima de critérios de mera racionalidade financeira. Há ainda que garantir a cobertura de serviços sociais e educativos de apoio a idosos, crianças, pessoas portadoras de deficiência, pessoas vulneráveis, etc., bem como criar uma rede de transportes coletivos municipais e intermunicipais adequada às necessidades das pessoas, melhorando a gestão de recursos (horários e circuitos) ou financiar equipas itinerantes de prestação de serviços de interesse geral (veículos itinerantes de serviço casa a casa e multifunções com: multibanco, serviços postais, acompanhamento social, pequenas reparações, apoio médico e psicológico, biblioteca, teatro...).
Programa de promoção de “Autarquias-Laboratório”	<b>Verde</b>	Este ponto merece a nossa concordância.
Cidades mais competitivas na economia global - Macrorregiões	<b>Laranja</b>	A criação e investimento em macrorregiões, tornando-as hiperconectadas, irá colocar mais pressão sobre estas localidades e aumentar a afluência de empresas e turistas, ao mesmo que acentua as diferenças com o resto do país.
Cidades mais competitivas na economia global - Clusters tecnológicos regionais	<b>Verde</b>	Um dos clusters tecnológicos em que seria importante investir é o da reciclagem tecnologicamente avançada de materiais preciosos como Ag, Au, Pt, Pd, Rh, Ir, Ru e metais como Pb, Cu, In, Te, Se, Sb, Sn, Bi que permitiria que o país reciclasse a totalidade dos seus resíduos e mais tarde reciclasse o dos outros por valores interessantes, colocando no mercado o produto da reciclagem.
Desenhar planos de paisagem - Programa de Transformação da Paisagem	<b>Laranja</b>	A redefinição da paisagem rural atual de monocultura desordenada a mosaico agroflorestal, concentrando as zonas habitacionais e acabando com a sua dispersão na paisagem para maior resiliência ao fogo das comunidades e maior capacidade de entreaajuda em zonas muito pobres e envelhecidas.

		<p>Necessário estimular a gestão colaborativa das áreas florestais, não permitindo a construção fora do perímetro das aldeias e estimulando a criação de cordões de floresta mais resistente aos fogos e a manutenção de áreas agricultadas que permitam manter o fogo afastado da aldeia.</p> <p>O programa “Emparcelar para Ordenar” é um instrumento de alcance limitado, uma vez que exponencia artificialmente o valor da propriedade rústica e favorece apenas os detentores das propriedades maiores; é preferível concentrar recursos na gestão colaborativa do minifúndio, conjugada com o pagamento de serviços de ecossistemas.</p>
Remuneração de serviços de ecossistemas	<b>Verde</b>	Os apoios devem ser atribuídos preferencialmente aos proprietários que participem na gestão colaborativa, cuja propriedade se situem em áreas territoriais de domínio do minifúndio. Deve ser prevista remuneração para os proprietários rurais que participem em esforços de renaturalização de vastas áreas do território para o incremento da vida selvagem, tornando o drama do despovoamento numa oportunidade para a dinamização de uma economia alicerçada no turismo de natureza.
Restauro de ecossistemas	<b>Laranja</b>	O restauro de ecossistemas deve procurar a instalação de infraestruturas verdes assentes em investimentos na renaturalização dos territórios que antecipem o incremento da população de Lobo-ibérico e o regresso do Urso-pardo a Portugal, criando, por exemplo, corredores nas áreas de Montesinho, Peneda-Gerês, Alvão-Marão, Freita/Arada e Montemuro, Serra da Estrela, Serra do Açor, Serra da Gardunha, Malcata e Tejo Internacional; ou, no caso do sul do país, interligar a Costa Sudoeste, as serras de Monchique e do Caldeirão com o Vale do Guadiana, Castro Verde e Moura-Barrancos para garantir a longo prazo o sucesso da reintrodução do Lince-ibérico.
Combater a desertificação	<b>Verde</b>	A limpeza errada dos terrenos através de gradagens sucessivas, muitas vezes para cumprir a legislação, aumenta a erosão dos terrenos. Nas regiões mais impactadas pela desertificação deverá ser promovido um programa de restauro de cursos de água, recuperando as galerias ribeirinhas e salvaguardando pontos de água perenes no estio que são fundamentais à conservação de peixes endémicos e bivalves de água doce. Deverá ser apoiada a preservação de charcos temporários e turfeiras.
Estímulo a uma agricultura mais ecológica e sustentável	<b>Laranja</b>	Este estímulo é um ponto extremamente importante e agrada-nos ver escrita esta necessidade urgente de repensar o modelo da agricultura industrializada (como por exemplo o olival intensivo), No entanto, este estímulo tem também de focar na necessidade de dar ferramentas aos produtores para promover a compra direta pelo consumidor, permitindo a redução dos distribuidores e transportadores e embalamentos, além de promover a produção nacional.

Gestão de Recursos Hídricos	Laranja	Promover a sustentabilidade hídrica da agricultura através do estímulo ao restauro dos ecossistemas ripícolas que favorecem a retenção de água nos territórios. Deverá ser desenvolvido um programa de reabilitação da qualidade da água dos aquíferos poluídos ou vulneráveis à poluição, criando incentivos à promoção de uma agricultura com baixa utilização de fertilizantes inorgânicos e de uma pecuária extensiva de baixo encabeçamento.
Intervenções no Litoral	Laranja	Proibição total e absoluta de construção no litoral, em sistema dunar; remoção e substituição de todas as estruturas não amovíveis de construção permanente por outras de construção amovível; estabelecer distâncias mínimas significativas de construção junto à água; permitir apenas estruturas de apoio à praia ou restaurantes de construção amovível; reabilitação de todos os sistemas dunares existentes com vegetação nativa; instalação de sistemas de acesso sobre-elevados nos cordões dunares; controle de plantas invasoras não nativas das dunas. Em áreas litorais onde já existam construções, é necessário ponderar a necessidade de realocar aglomerados populacionais ameaçados pela erosão costeira e por galgamentos marinhos. Reabilitação dos ecossistemas estuarinos, impedindo a sua artificialização e urbanização e promovendo a realocação de estruturas permanentes expostas a um risco de inundação mais elevado.
Programa para o desenvolvimento de um Centro de Competências para a gestão de riscos naturais e de saúde pública e aumento da resiliência do país	Verde	Este ponto merece a nossa concordância.

### Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade

Uma melhor qualidade de vida pressupõe um forte investimento no edificado e na melhoria da mobilidade nas cidades, assumindo necessariamente uma visão metropolitana nos casos de Lisboa e Porto. É necessária uma interligação entre as áreas do ar, ruído e descarbonização, destacando o ruído como um elemento essencial da qualidade de vida, que tem sido menosprezado em termos de cumprimento legislativo nas cidades e pelas infraestruturas de transportes. No que respeita ao edificado, as soluções estão em linha com o que está previsto na legislação e em diversos programas que não têm dado a resposta necessária a questões como a eficiência energética e a pobreza energética. Esperavam-se propostas mais ambiciosas e concretas.

Mobilidade Sustentável em cidades mais verdes - Programa de eletrificação de frotas urbanas	Verde	Existindo a necessidade de manutenção de alguma frota urbana, embora deva sempre ser fomentada a circulação não automóvel, ela deverá sempre ser exclusivamente elétrica (com os veículos de grande porte potencialmente a hidrogénio), sendo necessário ampliar a rede de carregamento.
---	-------	--

Mobilidade Sustentável em cidades mais verdes - Reforço da oferta de soluções de mobilidade ativa nas cidades e reorganização da circulação	<b>Verde</b>	Para permitir a melhor circulação dentro das cidades é necessário projetar as ruas com espaço para passeios para os peões, ciclovias para as bicicletas, trotinetas e outros veículos não motorizados, bem como árvores de grande porte para garantir sombra aos transeuntes, diminuição da temperatura ambiente e a reflexão da luz solar pelo asfalto. A prioridade deve ser dada a toda a circulação não automóvel; aumentar os lugares de estacionamento interiores, sendo o exterior cada vez mais exclusivo de carga e descarga;
Mobilidade Sustentável em cidades mais verdes - Novas soluções de Logística Urbana	<b>Laranja</b>	Mais do que desenvolver novas soluções, a ZERO defende que todo o paradigma da logística urbana deverá ser repensado, apoiando-se numa redução da cadeia de valor e em modos de logística colaborativa. Mais do que distribuição porta-a-porta, que deverão ser em transportes alternativos, também a existência de pontos de entrega locais onde o consumidor se desloca para levantamento devem ser equacionada.
Cidades + - Programa Cidades + Verdes	<b>Verde</b>	É necessário tornar as cidades ecossistemas sustentáveis, com a plantação massiva de árvores e arbustos; com o aumento das zonas não impermeabilizadas, abrindo espaço de solo livre às árvores existentes para a melhoria do seu sistema radicular e o aumento do seu porte e instalando aí arbustos de flor, tal como foi feito na Av. da República e no Cais do Sodré; implementando a arborização de esplanadas, jardins e praças; aproveitando todos os espaços livres para arborizar. Os próprios edifícios devem ser incentivados a instalar pequenos jardins ou hortas nas varandas, terraços e telhados, a começar pelos edifícios públicos.
Cidades + - Ecobairros	<b>Verde</b>	A escolha do bairro como dimensão adequada para a revitalização dos territórios é bem-vinda. Deve ser equacionada a instalação de centros multifuncionais, que podem ser acedidos a pé ou de bicicleta, e que acolhem a maioria das atividades essenciais à vida diária desde a alimentação saudável ao teletrabalho; dos cuidados na primeira infância a oficinas de reparação e recolha de materiais que possam ser reutilizados ou reciclados, estes centros além de reduzirem o volume de deslocações podem contribuir para aumentar a coesão social, a segurança e até a participação democrática.
Cidades + - Apostar na melhoria da qualidade do ar	<b>Laranja</b>	O objetivo merece o nosso total acordo mas o conteúdo da proposta é demasiado geral e simplista e deveria apontar para a existência de planos integrados com medidas significativas para a melhoria da qualidade do ar, redução do ruído e promoção da descarbonização nas cidades de maior dimensão e em algumas cidades de média dimensão.
Edifícios Sustentáveis - Programa de reabilitação de edifícios	<b>Laranja</b>	É uma das áreas mais importantes de intervenção e muito abrangente (desde os edifícios públicos ao ultrapassar da pobreza energética). Até agora o Estado tem falhado na intervenção neste domínio por excesso de burocracia

		associado aos apoios disponibilizados ou por apoiar reabilitações com um grau de exigência com custos impossíveis de suportar, não se apresentando no documento um rumo claro que permitisse a implementação de soluções mais custo-eficazes e promotoras de emprego (ex. calafetação de edifícios antigos). Os edifícios devem ser prioritariamente intervencionados para aumentar a entrada de luz natural, o isolamento térmico e acústico, a sua resiliência ao aumento das temperaturas, instalando preferencialmente comunidades energéticas com recurso a energias renováveis, aquecimento de águas e instalação de espaços verdes nos telhados.
Promoção da habitação de longa duração e comércio local em cidades - Apoio ao arrendamento de longa duração	Laranja	Tem de ser estabelecida uma quota máxima de estabelecimentos de alojamento dirigido ao turismo e uma quota mínima de alojamento dirigido a locais para reverter a gentrificação já existente por exemplo na baixa lisboeta. A venda de imóveis a estrangeiros para especulação deve ser controlada e deve existir um mínimo de inquilinos com renda controlada, entre nacionais a residir em cada imóvel e lojas de comércio local. O pequeno comércio deve ter incentivos à modernização e acesso a serviços de marketing e a portais de divulgação do produto nacional.

### Cultura, Serviços, Turismo e Comércio

“Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Uma definição extremamente abrangente que junta as vertentes ambiental, social, económica e cultural para o desenvolvimento da sociedade, que devem ser trabalhadas juntas. É necessário reduzir a dependência da economia de um só sector bem como o impacto social e ambiental do turismo e qualificando a oferta turística tendo sempre em consideração que a forma como se viaja é crucial para promover a sustentabilidade do sector turístico. A Promoção da integração do território nas redes europeias de alta velocidade ferroviária é chave.

O Sector do turismo deve financiar parcialmente a promoção de atividades artísticas e culturais, bem como a preservação do património natural, construído e imaterial em que o território é rico. Instrumentos fiscais adequados poderão promover a reciclagem de parte das receitas turísticas transformando-as em importantes instrumentos de promoção de políticas de qualificação do território.

A migração do comércio de bens para o comércio de serviços pode garantir maior estabilidade e previsibilidade das unidades económicas, ao mesmo tempo que reduz o consumo de recursos e promove a estabilidade social.

Programa para a Cultura, Criatividade e Inovação - Artes visuais e arte pública nas infraestruturas e equipamentos públicos	Verde	A cultura é a melhor maneira de estimular a vida de uma cidade. Devem ser estabelecidas parcerias entre o comércio local, nomeadamente a restauração e as associações de comércio e as artes, para que haja cultura acessível em cada canto da cidade e os artistas possam ver o seu trabalho divulgado e financeiramente recompensado. O Sector do Turismo deve financiar parcialmente as atividades artísticas e
---	-------	--

		culturais, sem que isso signifique a instrumentalização da arte e da cultura pelos agentes económicos que beneficiam da chegada de turistas.
Programa para a Cultura, Criatividade e Inovação - Criatividade, Tecnologia e Digitalização	Verde	Para além das medidas propostas, pode ser implementado um portal para as artes que permita o acesso informativo direto do público a todos aqueles que fazem arte, facilitando promovendo a imagem da arte nacional a contratação dos profissionais e facilitando a negociação com os que os procuram.
Programa para a Cultura, Criatividade e Inovação - Redes Artísticas	Verde	Este ponto merece a nossa concordância.
Programa para a Cultura, Criatividade e Inovação - “Saber Fazer Português”: Artes e ofícios tradicionais	Verde	É cada vez mais necessário ajudar as artes e os ofícios tradicionais que estão a desaparecer por falta de gente que os saiba ensinar e quem os queira aprender; é necessário criar uma verdadeira escola de artes e ofícios tradicionais que permita o surgimento de projetos que aliam a arte tradicional ao design moderno com enorme sucesso; é preciso aumentar a visibilidade destes projetos e de outros artesãos com igual qualidade mas menos projeção.
Programa para a Cultura, Criatividade e Inovação - Eco-arte, Património Cultural e Natural	Verde	A ZERO concorda com os projetos propostos como maneira de sensibilizar todos para a importância da proteção ambiental e da mudança de comportamentos. No entanto, relembramos que os efeitos deste programa serão a longo prazo e capaz apenas de influenciar novas gerações que a ele sejam expostas e, como tal, terá de ser realizado num espaço de tempo mais alargado, podendo envolver mecenas privados.
Programa de apoio ao comércio	Verde	A ZERO concorda com um programa de apoio deste tipo, desde que o mesmo seja também utilizado para promover as cadeias de valor mais curtas e a economia circular.
Programa de incentivos à reparação de equipamentos - Programa Portugal Repara	Verde	Mais do que um programa de incentivos, sempre finitos no tempo, a ZERO defende que, para os consumidores finais, exista uma taxa de imposto de valor acrescentado mais baixo para a reparação de equipamentos do que para a sua compra. No âmbito das empresas, esta medida poderá passar pela diminuição da taxa de imobilizado de equipamentos elétricos e eletrónicos, aumentando a sua vida útil fiscal e penalizando as empresas que trocam os equipamentos muito frequentemente, Estas medidas deverão também ser acompanhadas por legislação que penalize os equipamentos que sejam de mais difícil reparação ou que tenham peças de encaixe proprietário.

<p>Plano de investimento para o Turismo - Promover programas de atração de turistas</p>	<p><b>Vermelho</b></p>	<p>O crescimento do Turismo em Portugal tem sido conseguido à custa de uma enorme pegada ecológica e de custos sociais nomeadamente na degradação das condições de acesso à habitação. Manter a dependência em relação ao transporte aéreo e insistir na recuperação do turismo de massas são formas de promover Portugal como um destino turístico insustentável. Muito mais de 50% dos turistas que nos visitam estão menos de 2500 km de distância do nosso país torna-se por isso crucial promover a ligação à rede europeia de alta velocidade ferroviária para poder beneficiar dos futuros serviços noturnos de alta velocidade que podem competir com o avião em distâncias até 2500 km. A próxima geração de políticas de promoção turística tem que garantir que o valor gerado por essa atividade seja reinvestido na promoção da qualidade do património natural, construído e imaterial para além da promoção das atividades artística e culturais de qualidade.</p> <p>Há também lições a retirar do impacto que a presente crise teve no setor, sendo este o momento certo para pensar uma nova estratégia para o turismo que aumente a resiliência do setor a futuras crises, entre elas a climática. Desenvolver uma nova estratégia nacional para o setor do turismo, que assente numa base de maior proximidade geográfica e que valorize os fatores diferenciadores de Portugal face a outros destinos, como sejam a sua biodiversidade, a sua cultura e a sua gastronomia.</p>
<p>Plano de investimento para o Turismo - Promoção do Turismo de Natureza</p>	<p><b>Laranja</b></p>	<p>Plano interessante mas onde é fundamental, logo à partida, colocar como condição essencial o respeito pela capacidade de carga de cada uma das áreas classificadas a promover. O turismo de natureza deve, em primeiro lugar, ser incentivado no mercado interno; os portugueses têm de conhecer o Portugal natural para poderem dar-lhe a importância que lhe é devida, para o poderem apreciar e defender; o mercado externo deve vir em segundo lugar, para que não haja uma inflação tão grande que esse tipo de turismo se torne proibitivo para o mercado interno; uma solução interessante seria o estímulo à participação dos estudantes em programas de voluntariado que envolvessem o turismo de natureza.</p>

## Investimento e Financiamento

### 1) Monitorização do investimento e do financiamento em matéria de sustentabilidade:

É referido um conjunto de critérios (página 126) que devem ser observados para a atribuição de incentivos às empresas, não sendo referido claramente qualquer critério sobre o impacto desse incentivo no aumento da sustentabilidade da atividade, nomeadamente na redução das emissões de gases com efeito de estufa e de outros poluentes ou impactos ambientais, e/ou na adaptação às alterações climáticas (por exemplo, na gestão do risco climático na atividade da empresa). Não pode haver investimento público, direto ou através de incentivos a empresas, sem garantia destes aspetos, sob pena de estarmos a financiar atividades e empresas que virão a tornar-se uma sobrecarga climática e ambiental.

O investimento público deve privilegiar modelos e soluções inovadores, promotores de mudanças sistémicas, com impacto significativo na redução do uso de recursos naturais, e de emissões e que já tenham sido testadas. Apela-se assim à inovação e ao valor acrescentado do investimento.

A concessão de investimento privado, nomeadamente através do Banco de Fomento, deve igualmente pautar-se por critérios de sustentabilidade a par de outros, de natureza financeira ou ética, que devem ser demonstráveis. O custo do crédito deve ser positivamente diferenciado, se a demonstração da redução de emissões associado ao crédito superar um determinado limiar, de 30% por exemplo, face à situação base.

Este documento refere também a promoção de instrumentos inovadores, como a emissão de títulos de dívida verde, fundos de investimento verde ou benefícios fiscais para transações verdes que, bem aplicados poderão trazer um importante ganho para uma transição ecológica. No entanto, é extremamente importante que um incentivo deste tipo seja sempre validado por uma terceira parte, independente e credível, que possa analisar os projetos a financiar e avaliar se existem alternativas mais sustentáveis ambientalmente.

### 2) Criar mecanismos de financiamento da adaptação de Portugal às alterações climáticas,

Este tema está ausente do documento, e sendo a Península Ibérica um *hotspot* de vulnerabilidade às AC, a adaptação deve estar na agenda de qualquer visão para Portugal. Um dos aspetos mais prementes é a subida do nível médio do mar, ao longo da costa Portuguesa, abarcando um elevadíssimo valor de ativos seja em infraestruturas (viárias e de telecomunicações) ou em edifícios de habitação e serviços aí localizados. A realocação de populações e infraestruturas levanta problemas sérios de direitos consignados, e de impactos sociais, muito exigente em investimentos públicos, o que aconselha a um planeamento de médio- e longo-prazo, pelo que se deve iniciar, desde já, a elaboração de modelos de financiamento de ações consideradas adequadas.

### 3) Linhas de apoio às famílias, enquanto agentes de sustentabilidade

As soluções preconizadas no documento estão dirigidas sobretudo às empresas. No entanto, os novos modelos de economia partilhada exigem a entrada das famílias na economia enquanto agentes ativos de serviços, de que são exemplo, a produção descentralizada de eletricidade renovável e a eficiência energética das habitações, para não referir modelos mais arrojados como fornecedores de carregamento de veículos elétricos para a comunidade. Sempre que se verifique um impacto positivo (económico, ambiental e/ou social) demonstrável, a concessão de crédito positivamente diferenciado deve ser considerada da mesma forma que às empresas. Embora se possa pensar que não há geração de emprego direto, os impactos económicos deste investimento são positivos, desde que haja melhoria da eficiência do consumo de recursos e uso de soluções de gestão, normalmente digitais, promotoras de emprego indireto.

4) O documento assume a necessidade de 'Prosseguir com reformas fiscais como fonte de financiamento' e neste âmbito insiste em afirmar como indispensável que sejam continuadas as "reformas de fiscalidade verde, com vista ao reequilíbrio fiscal, em linha com o objetivo de uma transição justa, mediante a transferência progressiva da carga fiscal sobre o trabalho para a poluição e o uso intensivo de recursos", e conclui que as "atividades poluidoras devem ser penalizadas e atividades verdes devem ser incentivadas".

Na opinião da ZERO, transferir a carga fiscal do trabalho para a poluição e o uso intensivo de recursos, torna o Estado financeiramente dependente de atividades que desejavelmente devem ser eliminadas e a prazo pode ter consequências no subfinanciamento de serviços públicos essenciais. Em vez disso a internalização dos custos ambientais realizada através do estabelecimento de instrumentos fiscais deve permitir que as receitas assim geradas sejam recicladas e reinvestidas na sua totalidade na promoção de produtos e atividades alternativas alinhados com os objetivos de melhoria da qualidade ambiental.

Talvez se justifique, a reforma da Lei de Enquadramento Orçamental de modo a desligar progressivamente os Impostos Especiais sobre o Consumo do financiamento dos serviços públicos universais e tendencialmente gratuitos e a direcioná-los exclusivamente para o investimento nas alternativas ao bem ou ao serviço sobre o qual o Imposto incide. A progressiva perda de receita fiscal dirigida ao financiamento de serviços públicos deve ser compensada com a progressiva redução dos benefícios fiscais injustificados e/ou perversos e pelo também progressivo aumento da taxa liberatória de modo a reduzir a persistente desigualdade na distribuição de rendimentos

Lisboa, 21 de agosto de 2020